

Ibama desapropriou área de 5 mil ha no Caparaó

Donos de terras na região temem que indenizações não cubram seu real valor

CYRO RÊGO

Guaçuí - O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) está desapropriando cinco mil hectares de terras em municípios mineiros e capixabas, limítrofes com o Parque Nacional do Caparaó (Parna). Setenta por cento desta área estão nos municípios de Dolores do Rio Preto, Divino de São Lourenço, Ibitirama, Irupi e Iúna. O Consórcio do Caparaó, no entanto, questiona os critérios adotados pelo Ibama.

De acordo com Francisco Barros, administrador do Parque do Caparaó pelo Ibama, desde o Decreto 50646/61, que criou o Parna, não havia complementação de sua área total, o que foi determinado em 20 de novembro de 1997. Agora, de 26 mil hectares, o Parna passa a ter 31 mil.

“Nos preocupamos em demarcar a ampliação do parque em áreas de matas nativas, cachoeiras e pastagens que interessavam ao Ibama dentro desse novo limite, que será definitivo agora. Mas, dentro dessa área, infelizmente, há pequenos sítios que produzem café”, disse.

Atingidos

Na nova área do Parna, acrescentada, 315 propriedades serão desapropriadas, mas em 80% delas seus proprietários não possuem moradia permanente. Nesta semana, uma comissão do Ibama para Assuntos Fundiários chega à região para fazer levantamentos das áreas com benfeitorias, construções e plantios, temporários ou permanentes - de café, cana, mamão, feijão, milho, etc., para posterior indenização, que será paga em dinheiro. “O preço a ser pago será correspondente aos valores de cada região”, explica.



Gildo Loyola

Aumento

O Parque Nacional do Caparaó passa de 26 mil para 31 mil hectares com as desapropriações

O Consórcio do Caparaó questiona os critérios adotados para a desapropriação. Um deles é o Ibama não permitir a presença de moradores na nova área que foi demarcada para o Parna. A Secretária Executiva do Consórcio do Caparaó, Dalva Ringuier, informou que já entrou em contato com o Ibama, em Minas Gerais e em Brasília, a pedido dos moradores nativos, na tentativa de conscientizar o órgão para que reveja sua decisão de não permitir moradias na área demarcada. Ela argumenta que a maioria dos moradores reside entre as matas da região, compondo-se de naturalistas, estudiosos do meio ambiente e agem como defensores da natureza.

Valores

Cezar Rodrigues, de Guaçuí, que possui uma propriedade de cinco alqueires de terra na região do Distrito de Santa Marta, em Ibitirama, está bastante preocupado. “No documento que me enviaram, pelo jeito, o valor que vou receber vai ficar em torno de 60% do que vale no mercado. É prejuízo na certa”, acredita. Paulo Silveira, de Divino de São Lourenço, também reclama. “Minha esposa tem quatro alqueires, mas parece que o Ibama es-

tá colocando o preço lá em baixo. Temos pés de café plantados, o que ajuda a sustentar meus filhos que estudam fora e não quero ficar no prejuízo”.

Ele também defende os membros das comunidades alternativas: “Antes da presença deles, as áreas onde eles moram eram totalmente depredadas, com a presença constante de caçadores dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro. E isso não acontece mais hoje. Com suas presenças, houve respeito ao meio ambiente e as áreas foram regeneradas. Só no Portal do Céu, são 20 naturalistas. Acredi-

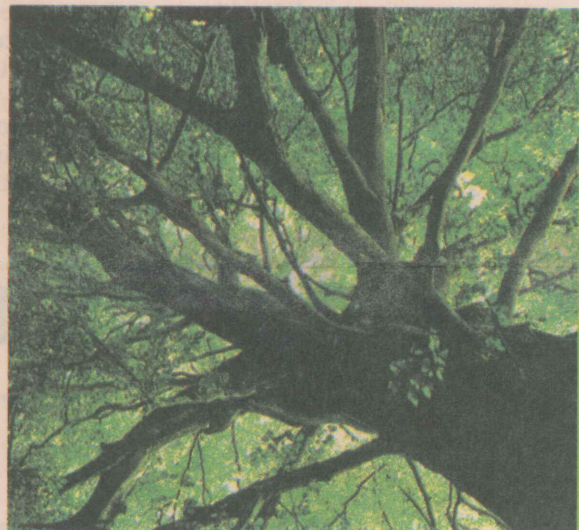
tamos que, com a saída deles, a área ficará desprotegida. Não exercem nenhuma atividade agrícola e atuam como protetores. Temos uma moradora, a Angélica, que vive na mata e teve seu bebê, hoje com oito meses. Ela só vive de raízes, sem danificar nada”, garante.

Sobre essa questão, Francisco Barros explicou que o Parna não permite moradia dentro de suas áreas. “Isso só pode acontecer em parques particulares e todos terão que sair”, concluiu.

COMUNIDADES

Fim de sonho alternativo

A desapropriação dos 5 mil hectares preocupa proprietários rurais e joga ao chão o sonho de muitas pessoas, de levar uma vida tranquila, longe da poluição das grandes cidades e em contato direto com a natureza. Em Portal do Céu, por exemplo, no município de Divino de São Lourenço, onde vive uma comunidade alternativa, formada por gente de várias partes do país, seus membros terão de procurar novos paraísos. Na mesma situação encontram-se vários naturalistas e espiritualistas que fundaram até um centro de meditação no meio da mata, o Taruna, em Ibitirama.



1
de Cob
Sedes